

**AS RELAÇÕES RACIALIZADAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA NEOLIBERAL E
NEOCONSERVADORA**

**RACIALIZED RELATIONS IN BRAZILIAN SOCIETY NEOLIBERAL AND
NEOCONSERVATIVE**

Recebido em: 27/07/2023

Aceito em: 29/08/2023

Meire Helen Ferreira Silva¹ 

Maria Esperança Fernandes Carneiro² 

Resumo: Considerando a concretude do modelo econômico neoliberal de sociabilidade do capital que adota uma política de investimentos, tudo para o capital e muito pouco, ou nada, para o social, existe possibilidade de inclusão educacional da população negra? Para compreender a falsa lógica meritocrática na inclusão social e educacional da pessoa negra é preciso considerar seu caráter histórico e material que diz respeito à forma que homens e mulheres negras se organizaram e se organizam em sociedade para a produção e reprodução da sua vida, e seu caráter histórico, destacando que o modo de produção da vida material é determinado pela fase de desenvolvimento das forças produtivas. A onda neoconservadora do atual modelo neoliberal distancia os direitos sociais da população negra. Este artigo busca a articulação teórica entre neoliberalismo, neoconservadorismo, inclusão social e educacional do negro.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Neoconservadorismo; Inclusão social e educacional do negro.

Abstract: Considering the concreteness of the neoliberal economic model of sociability of capital that adopts an investment policy, everything for capital and very little, or nothing, for the social, is there a possibility of educational inclusion of the black population? In order to understand the false meritocratic logic in the social and educational inclusion of the black person, it is necessary to consider its historical and material character, which concerns the way that black men and women organize themselves and are organized in society for the production and reproduction of their lives, and their historical character, highlighting that the mode of production of material life is determined by the stage of development of the productive forces. The neoconservative wave of the current neoliberal model distances the social rights of the black population. This article seeks the theoretical articulation between neoliberalism, neoconservatism, social and educational inclusion of black people.

Keyword: Neoliberalism; Neoconservatism; Black social and educational inclusion.

INTRODUÇÃO

Partindo de indagações sobre as desigualdades raciais e sociais que chegam a índices sem precedentes no período pós-pandemia e final de mandato de um governo de extrema-direita (2019 – 2022), se faz necessário questionar os avanços e obstáculos para efetivação da educação

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); E-mail: emega6@hotmail.com.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); E-mail: esperancacarneiro@outlook.com

para as relações étnico-raciais, após duas décadas de promulgação da Lei n.º 10.639/2003. Nossos questionamentos se dirigem aos direitos sociais, em especial, na etapa da Educação Infantil, que abrange o atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade. A referida lei alterou as Diretrizes e Bases da Educação - Lei n.º 9.394/1996 – e incluiu em seu Art. 26 a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas etapas do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica, uma conquista das lutas do movimento negro. Sabendo que a Educação Infantil é um direito da criança e tem a finalidade de promover o seu desenvolvimento integral até os 5 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, é inadiável e inadmissível que não se garanta a educação para as relações étnico-raciais nos espaços educativos. A compreensão de igualdade racial e a formação para uma sociedade mais justa são iniciadas na infância, não apenas direcionadas à construção de uma sociedade menos preconceituosa, mas na busca por garantia de direitos fundamentais para que crianças negras e não negras vivam, tenham o direito à infância e exerçam a sua cidadania.

Neste contexto neoliberal caracterizado por um movimento neoconservador baseado no livre mercado e, portanto, no menor Estado possível com desmantelamento dos direitos sociais historicamente conquistados, no fundamentalismo religioso, no anticomunismo e no anticientificismo, a educação das relações étnico-raciais se torna uma ameaça ao vigor do sistema. Tendo em vista que essa onda conservadora acompanha os movimentos conservadores ao redor do mundo, a materialização da educação para as relações étnico-raciais prescinde de uma instrumentalização teórica que desvele a superficialidade do discurso meritocrático na produção da existência de homens, mulheres e crianças negras no Brasil. Considerando a concretude do modelo econômico neoliberal de sociabilidade do capital que adota uma política de investimentos, isto é, tudo para o capital e muito pouco, ou nada, para o social, existe possibilidade de inclusão da população negra? Este artigo busca a interlocução teórica entre neoliberalismo, neoconservadorismo e inclusão social e educacional do negro com o intuito de desvelar a materialidade na produção da inclusão do negro na sociedade capitalista neoliberal.

O CAPITALISMO E AS DESIGUALDADES SOCIORACIAIS NO BRASIL: O FALSO PROJETO CIVILIZATÓRIO

Analisar os conflitos inscritos na inclusão social e educacional do negro desde a infância processa-se pelas contradições da organização do trabalho na sociedade capitalista brasileira. Homens e mulheres produzem e reproduzem a sua existência pelo trabalho, portanto, é

indispensável compreender que nas relações de trabalho que envolvem luta de classes engendram as contradições que estão na base das políticas e práticas para inclusão da pessoa negra na sociedade capitalista neoliberal.

Para a população negra no Brasil, descendente de africanos escravizados, a sociedade capitalista se constituiu e consolidou sobre a exclusão material, inferiorização, marginalização e criminalização dos corpos e da cultura negra, ou seja, constituiu-se sobre relações racializadas. Numa perspectiva marxiana, o trabalho é uma atividade vital para o homem, que garante a sua subsistência e a continuidade de sua existência humana, assim, ao considerarmos a realidade objetiva da produção de existência da população negra no Brasil, do período colonial até os dias atuais, constata-se que as condições para uma vida digna são negadas sob as lógicas ideológicas que sempre se metamorfoseiam para garantir a reprodução de um sistema capitalista excludente.

As desigualdades sociorraciais afetam diretamente grande parte da população negra que está intimamente ligada à historicidade do capitalismo mundial e brasileiro. Na Europa, no século XV, iniciou-se a transição do sistema aristocrático feudal para o sistema capitalista. As grandes navegações marcaram e possibilitaram a construção do capitalismo moderno, com a acumulação de capital por parte das grandes metrópoles colonizadoras a partir da exploração das colônias. Nesse contexto, nas metrópoles colonizadoras desenvolvia-se o capitalismo industrial, o trabalho livre e assalariado, enquanto nas colônias o que se via era o modelo de trabalho escravo sustentado por homens, mulheres e crianças negras escravizadas, desumanizadas, objetificadas, transformadas em ferramentas de trabalho. Ou seja, a acumulação primitiva do capital colonial não se tratava de pré-requisito para o desenvolvimento do capitalismo, mas de elemento fundamental para a sua dinâmica interna (IANNI, 1988).

Ao longo dos séculos XVI e XVIII o capital comercial floresceu e acabou por subordinar-se ao capital industrial, cenário no qual o sistema colonial entra em crise por não atender à necessidade capitalista de entrar na corrida pela modernização, com ampliação de bens de consumo e a circulação das mercadorias. Esse novo ordenamento “influencia” a abolição da escravatura após mais de três séculos de escravidão e cria uma nova forma de controle dos corpos e mentes do negro “ex-escravizado”: a ideologia do branqueamento e a ideologia da democracia racial. Desde então, esses discursos proferidos em prol da inclusão no Brasil na ordem capitalista moderna, distorce a realidade social excludente de negros e negras no país.

Abdias Nascimento (1978) expõe que o colonialismo português se deu pela dissimulação da realidade espoliadora e violenta do sistema escravocrata, ou seja, ele criava formas de disfarçar a violência e a crueldade da escravidão sobre os corpos negros. Por muito tempo o sistema escravocrata brasileiro desfrutou da fama de ser uma instituição mundialmente benigna sob a lógica da democracia racial. Mas o que se constituiu historicamente e materialmente foi o seu genocídio.

No período pós-abolição gestava-se uma sociedade capitalista, um dito projeto “civilizatório” que emergia de “teorias raciais” e de um aprofundamento da racialização das relações sociais que reservava para população negra, mais uma vez, o lugar do não-humano, o lugar do estigma, o lugar da subalternidade, o lugar da marginalização contra o qual a população negra tem historicamente resistido.

Atualmente o discurso neoconservador da direita que gestaram o golpe de 2016 e mantiveram o governo Bolsonaro no poder ainda ecoam como ameaça para o modelo democrático de gestão do atual governo Lula (2023-2026). Para essa nova direita as pautas sociais como o direito à educação de qualidade socialmente referenciada, na qual se inclui o inalienável direito a uma educação antirracista, são ameaças para o progresso do país dentro de uma lógica neoliberal. Apple (2003, p. 13) explicita que essa nova direita neoconservadora é composta por vários grupos:

[...] o primeiro grupo é o que chamo de neoliberais. Estão profundamente comprometidos com mercados e com a liberdade enquanto opção individual’. O segundo grupo, os neoconservadores, tem a visão de um passado edênico e quer o retorno à disciplina e ao saber tradicional. O terceiro que eu chamo de populistas autoritários – fundamentalistas religiosos e evangélicos conservadores que querem um retorno a (seu) Deus em todas as instituições. E, por fim, os desenhistas de mapas e especialistas em dizer que chegamos ou não a nosso destino são membros de uma fração particular da nova classe média de gerentes e de profissionais qualificados.

A retórica neoliberal acusa a própria escola pelo fracasso escolar, por isso, defende que ela seja mais competitiva e eficiente baseada nos princípios do mercado, distanciando-a de seu papel social. As acusações de fracasso escolar e de uma sociedade ineficiente para o mercado que giram em torno da escola mascaram todas as condições objetivas que envolvem os contextos escolares, bem como os projetos políticos e de poder de desmantelamento dos direitos sociais e dos bens públicos representados atualmente por essa nova direita. Destaca-se que as ameaças aos ideais igualitários não são explícitas, mas se expressam “no discurso de aumentar

a competitividade, o número de empregos, o padrão de qualidade e a qualidade do sistema educacional, considerado em crise total” (APPLE, 2003, p. 42).

Essa “modernização conservadora” (APPLE, 2003) reafirma as desigualdades sociorraciais no Brasil pela meritocracia, mais uma metamorfose da atual fase do capitalismo para manter o capital nas mãos de poucos e violentamente excluir a população negra e pobre do acesso igualitário aos bens materiais indispensáveis à sua existência.

É por isso que consideramos o pensamento marxista para analisar a materialidade histórica do racismo e trazemos a categoria trabalho como fundante atividade pela qual os homens garantem sua sobrevivência e a sua humanidade (MARX; ENGELS, 2019) e que, na atualidade, em função da complexidade da sociedade capitalista, torna necessário se preparar via educação/escolarização para poder trabalhar e prover a subsistência.

Portanto, o trabalho desenvolve a racionalidade e diferencia homens e mulheres dos demais animais. No materialismo histórico-dialético o trabalho constitui-se no princípio educativo por excelência. Assim, para compreender a falsa lógica meritocrática na inclusão social da pessoa negra é preciso considerar seu caráter histórico e material, que diz respeito à forma que homens e mulheres negras se organizaram e se organizam em sociedade para a produção e reprodução da sua vida destacando que o modo de produção da vida material é determinado pela fase de desenvolvimento das forças produtivas.

Ao destacar as condições materiais objetivas da população negra escravizada e da população negra “ex-escravizada”, no período colonial e imperial, para justificar as desigualdades sociorraciais em nosso país a democracia racial e a meritocracia perdem sentido. O materialismo histórico-dialético indicará que a história não trata de um tempo cronológico, mas se inscreve pela atividade material do homem, pelo trabalho. Ou seja, é na produção de suas necessidades e de novas necessidades para além de sua subsistência que o homem faz a história. No entanto, na produção de sua vida material os homens estabelecem relações de produção que são determinadas pela fase de desenvolvimento das forças produtivas e independentes de sua vontade, assim sendo, “[...] as circunstâncias fazem os homens tanto como os homens fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 2019, p.36). Ou seja,

[...] a história não termina por dissolver-se, como espírito do espírito, em autoconsciência, mas que nela se encontra, em cada estágio, um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação historicamente criada com a natureza e de indivíduos entre si, que cada geração transmite à subsequente, uma massa de forças produtivas, de capital, e de circunstâncias, que, de um lado, é modificada pela nova

geração, mas, de outro, prescreve a ela suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento particular, um caráter especial (MARX; ENGELS, 2019, p. 36).

É a partir dessas contradições do desenvolvimento das forças produtivas que o negro na diáspora brasileira produz e reproduz a sua existência, logo, o discurso meritocrático que segundo Souza (2017) surge no período pós-abolição, representa a superfície dessa realidade. O discurso meritocrático tem tutelado a falsa igualdade das relações raciais no acesso aos bens materiais, normalizado e reproduzido mitos inferiorizantes sobre a África, os africanos e os negros, para encobrir a exclusão e o genocídio da população negra. Apesar dos inúmeros trabalhos de denúncia ao racismo estrutural da sociedade brasileira (NASCIMENTO, 1978; ALMEIDA, 2019), da luta incansável do movimento negro, das conquistas históricas de leis que referendam a sociedade brasileira como multiétnica (Constituição de 1988), que demandam sobre a necessidade na formação para as relações étnico-raciais (Lei n.º 10.639/2003), sobre a inclusão equânime da população negra ao ensino superior (Lei n.º 12.711/2012 conhecida como lei de cotas), ainda é necessário questionar e combater a centralidade do racismo na organização da sociedade capitalista brasileira, mesmo que passados mais de 100 anos do pós-abolição. A população negra no Brasil construiu e constrói as condições materiais de sua existência no movimento das contradições de exclusão e resistência.

As condições de vida da população negra no Brasil se justificam pelo discurso ideológico da meritocracia ou pela visão essencializada e naturalizada de África e homem/mulher escravizados. Atualmente, é na totalidade da sociedade capitalista neoliberal que as pessoas negras estão inseridas, portanto, é nessa totalidade que elas estabelecem as relações de produção de sua existência material, intelectual e espiritual, mas sem se descolar de sua historicidade.

Sob uma perspectiva marxiana, Chauí (2008) expõe que vivemos em uma sociedade de classes, na qual uma classe explora e domina outras, legítima e reproduz seu poder econômico, social e político pela difusão de explicações e representações distorcidas ou abstratas sobre a realidade. Nesse sentido, é a luta de classes a materialidade das relações sociais produzidas por homens e mulheres reais, logo, a materialidade de negros trabalhadores, maioria da nossa população, encontram-se em condições históricas e sociais reais de exclusão.

A luta e resistência do povo negro trabalhador sempre estiveram presentes apesar dos silenciamentos e ocultamentos de sua voz, de sua cultura, de seu corpo, de sua produção

intelectual. A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, celebra a ordem democrática e a sociedade brasileira como multiétnica, marca a conquista dos movimentos sociais dos excluídos (negros, mulheres, crianças...) por uma sociedade mais justa. As leis posteriores reverenciam a Constituição de 1988 na busca por uma sociedade efetivamente democrática. Porém, os direitos sociais conquistados desde então foram ameaçados nos últimos anos por uma onda neoconservadora e ultraneoliberal que se corporalizou pelo golpe parlamentar de 2016, seguido por um governo de extrema-direita que qualifica os avanços dos direitos sociais e as lutas por uma sociedade democrática, expressas desde a Constituição Federal de 1988, como uma ameaça ao progresso nacional. Entre os anos de 2015 e 2022, se construía e se consolidava um golpe parlamentar, midiático e judicial no Brasil, tendo como base os discursos ultraneoliberais e ultraconservadores de desmantelamento do Estado democrático e do bem-estar social em prol das premissas do capital financeiro, no qual o discurso da meritocracia e da ineficiência do Estado direcionaram para a destruição dos direitos sociais dos trabalhadores e não nos esqueçamos, de maioria negra, assim como privatização de instituições públicas e invisibilidade das classes subalternas representadas majoritariamente pela população negra/pobre do país.

O desmantelamento dos direitos sociais propostos pelas reformas educacionais, trabalhistas, previdenciária, etc., afetam diretamente a população mais vulnerável da sociedade, a mesma população descendente dos povos africanos escravizados, marginalizados e deixados à própria sorte no processo de modernização do Brasil. A eles, que hoje formam grande parte da população afrodescendente do país, são necessárias leis que preencham as lacunas herdadas de um sistema racista, excludente e genocida, que se renova a cada novo ciclo para manter o *status* de uma minoria rentista e perpetrar a marginalização do povo negro na diáspora brasileira.

Tratando do contexto das relações capitalistas pós-Constituição de 1988 e sob a hegemonia da ideologia neoliberal “Jamais o conjunto de seres humanos foi tão ameaçado em sua sobrevivência [...] A vida não é mais utilidade pública” (FORRESTER, 1997, p. 136). Essas afirmações de Forrester (1997) representam um dos principais desdobramentos do neoliberalismo que se expressam na produção de uma sociedade profundamente desigual e que legitima uma maior exclusão do negro para a reprodução dos privilégios das classes favorecidas. Segundo a autora, o neoliberalismo representa mais uma barbárie na história, a

situação do negro só se agrava, uma vez que enquanto componente da massa humana já não é essencial para o funcionamento do planeta, não é mais necessário materialmente e economicamente, existe apenas como massa útil aos interesses de uma minoria detentora de poder.

Forrester (1997) explicita que a atual fase de desenvolvimento das forças produtivas é representada pelo “horror econômico”, caracterizada pelo desaparecimento do emprego, a extinção da vida assalariada e dos direitos sociais, o enriquecimento das frações mais ricas da sociedade, a desigualdade sem precedentes, a marginalização da classe trabalhadora e, no Brasil, o negro é o primeiro a ser atingido, conseqüentemente, a miséria. A autora expõe que no decorrer da história a condição humana foi maltratada, no entanto, a existência e manutenção das sociedades prescindiam de humanos subalternos, mas vivos. Atualmente, em plena democracia, mas sobre premissas neoliberais, ocorre uma inversão: os humanos deixam de ser necessários à manutenção do planeta e os negros mais ainda, para ser necessários apenas para uma economia de mercado. Portanto, deixam de ser úteis, passam a ser descartáveis. Assim, como não são fontes lucrativas para o sistema capitalista, são rejeitados até mesmo para serem explorados, invisibilizados, reificados. “Se a ferocidade social sempre existiu, ela tinha limites imperiosos, porque o trabalho oriundo das vidas humanas era indispensável para aqueles que detinham o poder. Ele não o é mais; pelo contrário, tornou-se incômodo” (FORRESTER, 1997, p. 136) uma vez que as tecnologias substituem a força de trabalho e o capital financeiro se autorreproduz. Ao considerarmos o período colonial, Nascimento (1978, p. 49) declara:

O papel do negro escravo foi decisivo de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade em flexão e a quebra de sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca.

A sociedade patriarcal brasileira baseada na representação hegemônica-padrão do homem-branco-heterossexual-cristão reafirma-se e acentua-se nesta sociedade de classes extremamente desigual, e com o discurso pseudo-humanitário neoliberal relegam às classes desfavorecidas a condição de não-humanos, mesma condição dada aos ditos homens e mulheres afrodescendentes “libertos” no dia 13 de maio de 1888. As péssimas condições dadas a população negra no pós-abolição e as metamorfoses do sistema capitalista para manter a

hierarquia do capital nas mãos dos grupos privilegiados se renovam sob o discurso neoliberal de meritocracia, crise de eficiência e produtividade. Tais condições relegadas a população negra “liberta” mantinha-os em um sistema de exploração e desumanização.

A hegemonia de uma economia mundializada e abstrata (representada pela conciliação das frações das classes dominantes compostas por potências econômicas privadas transnacionais) dominam cada vez mais os poderes estatais e as políticas públicas dos Estados, com interesses apenas no lucro do grande capital financeiro. Essa hegemonia se reproduz e perpetua sob a retórica de políticas artificiais que apresentam o trabalho como fonte das crises de eficiência e de produtividade da atual sociedade capitalista e responsabilizam a classe trabalhadora, principalmente os negros, os desempregados por não se adequarem ao “mercado de trabalho”. Com isso, o trabalho, que deveria ser atividade vital do homem, fundou a civilização ocidental já sobre a lógica econômica, utilitarista, do capital, e hoje reveste-se sob o discurso do desemprego não apenas para espoliação do ser humano, mas para a sua anulação. Forrester explica que nada explicaria melhor a potência da economia privada e sua hegemonia:

Nada exceto a chantagem exercida a partir daí sobre as políticas dos países subdesenvolvidos, a fim de se alinharem por baixo, diminuam a fiscalização, reduzam as despesas públicas, as proteções sociais, regulamentem as desregulamentações, regulem as desregulações e ‘liberem’ o direito de demitir sem controle, eliminem o salário-mínimo, flexibilizem o trabalho etc. (FORRESTER, 1997, p. 102).

Para a pesquisadora, a sociedade contemporânea não passa por uma crise, mas por uma mutação, representada, em especial pela mundialização da economia, por isso, não é possível compreender as relações trabalhistas de hoje olhando para as relações que se objetivaram no passado. Nesse contexto, o desempregado não é momentaneamente marginalizado, mas o objeto de uma lógica mundial que supõe a supressão do trabalho, tornando-o refém de uma lógica meritocrática que escamoteia a luta de classes produzida em condições reais e objetivas. Forrester (1997) explicita que a crise de eficiência e produtividade defendida pela retórica neoliberal que produz o desemprego, mas que transfere o desaparecimento dos postos trabalho no contexto da economia mundializada para os próprios desempregados, é apenas uma das farsas montadas e divulgadas pelo capital para se desresponsabilizar. No entanto, a autora compreende que o trabalho, atividade vital ao ser humano, torna-se ilusão nesse contexto de economia mundializada, figurando nos discursos ideológicos humanitários das nações e suas classes políticas, mas que efetivamente são erigidas sob as orientações dos organismos

internacionais e seus interesses de lucro e ajuste de gastos, sobretudo, ajuste de gastos sociais, direitos trabalhistas e oferta de empregos.

Nesse contexto de mundialização da economia e consequente internacionalização das políticas públicas e das políticas educacionais, “o que mundializa é a miséria”. Uma miséria caracterizada pelo crescimento exponencial das grandes fortunas em detrimento de uma pobreza acentuada de trabalhadores desempregados ou com empregos precarizados baseados em mão-de-obra treinada e barata, e destituição dos direitos sociais e trabalhistas. A classe trabalhadora é relegada a condição de não-humana, a objeto reificado para sustentar os lucros das grandes empresas e organizações. O salário-mínimo, as férias remuneradas, a previdência social, os direitos trabalhistas, a renda mínima, o acesso à cultura se tornam onerosos e os antagonistas de uma economia competitiva e eficiente.

Os relatórios internacionais norteados pelos princípios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de outras organizações internacionais normalizam a anulação social da classe trabalhadora, reproduzem a desigualdade acentuada entre os mais ricos e os mais pobres, negam os direitos sociais e pauperizam as condições de trabalho.

Esse mercado mundializado reprova as conquistas históricas de direitos sociais e a partir de uma retórica humanitária convence a sociedade de que o mérito e o empreendedorismo, individuais, são os verdadeiros responsáveis pela conquista ou não de um lugar no “mercado de trabalho”, mas que escamoteia o fato de que uma massa de trabalhadores é considerada supérflua e dispendiosa para as classes dominantes na fase de desenvolvimento das forças produtivas. “É difícil admitir, impensável declarar que a presença de uma multidão se torna precária, [...] uma vez que não dá lucro, mas, ao contrário, revela-se dispendiosa, demasiado dispendiosa [...]” (FORRESTER, 1997, p. 27).

Segundo Gentili (1996), o neoliberalismo concebe a noção de direito e a concepção de igualdade (fundamentos das sociedades democráticas) como barreiras para o progresso econômico. Sendo assim, a defesa neoliberal de uma crise de eficiência e produtividade na sociedade contemporânea se justificaria pela difusão da noção de cidadania. Ou seja, a defesa de um interesse geral baseado na necessidade de construir e expandir os direitos sociais, seria uma barreira para o progresso econômico e social. Nessa perspectiva, a defesa de uma sociedade de bem-estar, representada por um Estado comprometido com as necessidades sociais e os

sindicatos, seria responsável por gerar uma sociedade pouco competitiva e, conseqüentemente, improdutiva.

A produção e reprodução da hegemonia neoliberal se efetiva na retórica defesa de crise de eficiência, de competência e de produtividade, representadas pela falta de racionalidade que justifica as desigualdades, que isenta as classes detentoras de poder, e, ao mesmo tempo, culpabiliza os grupos desfavorecidos pelo desemprego estrutural. Para Forrester (1997), o sistema liberal atual é tirânico, mas difuso, pouco identificável e, apesar de jamais ter sido proclamado, detém todas as chaves da economia a qual ele reduz ao domínio do mercado e dos negócios, absorvendo tudo o que ainda não pertence à sua esfera. É um sistema onipresente, no entanto, ignorado, secundarizado nas discussões sobre os problemas econômicos, políticos, sociais e ambientais da sociedade atual. Nessa realidade de hegemonia neoliberal o negro é o primeiro a ser excluído, assim, para ter acesso à educação superior, emprego e inclusão, somente com a legislação de cotas, ou seja, ela só se realiza mediante o cumprimento da lei e a naturalização do não cumprimento das leis de inclusão do negro que, não raras vezes, são invisibilizadas socialmente por aqueles que estão no exercício do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a concretude do modelo econômico neoliberal de sociabilidade do capital que adota uma política de investimentos, ou seja, tudo para o capital e muito pouco, ou nada para o social, a inclusão social e educacional da população negra se dá pela constante luta e resistência do povo negro. A compreensão material da realidade da população negra exige a ruptura com as soluções artificiais e manipuladoras ditadas pelos discursos ideológicos das classes detentoras do poder econômico, social e cultural desde o período colonial. Isso perpassa pela busca dos determinantes escamoteados pela disseminação dessas versões rasas que mascaram a realidade objetiva a ser modificada por ações e investimentos concretos do Estado.

No capitalismo neoliberal, sustentado pelo discurso neoconservador, a sociedade patriarcal brasileira baseada na representação hegemônica padrão do homem-branco-heterossexual-cristão e detentor do capital, reafirma-se e acentua-se como sociedade extremamente desigual, reforçado pelo discurso pseudo-humanitário racista que relega a população negra, mais uma vez, à condição de não-humana. Portanto, é indispensável pensar

que a inclusão social e educacional do negro na sociedade brasileira se dará a partir da compreensão, cada vez mais verticalizada, das contradições que envolvem essa totalidade.

Destarte, na atual sociedade neoliberal e neoconservadora, a luta sorrateira contra o pensamento, contra a capacidade de pensar, contra os corpos e as culturas não-hegemônicas e, conseqüentemente, contra a escola é um ataque direto às classes desfavorecidas que em sua maioria está composta pela população negra e pobre do país. A luta pela inclusão social da população negra, pela construção de uma sociedade igualitária e democrática perpassa diretamente pelo acesso ao conhecimento historicamente construído em diálogo constante com as práticas sociais materializadas na sociedade. A verdade é revolucionária e está do lado dos oprimidos, por isso é necessária luta constante por uma escola de qualidade socialmente referenciada e antirracista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

APPLE, Michael W. **Educando à Direita: Mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1997.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In. SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (Orgs). Escola S.A: **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Milton Camargo Mota. Petrópolis: Vozes, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.